



Foto: DR

9 Set 2016, 11:58

Texto de [Secção Regional do Norte da Ordem dos Médicos](#)

OPINIÃO

Os jovens, a cidadania e a saúde

Portugal, um país que emergiu do marasmo de anos de ditadura e edificou no seio da sua democracia um sistema de saúde inovador e exemplar.

Um serviço de saúde arquitetado para e ao serviço de todos os Portugueses. Um Serviço com mais de 30 décadas de história e importantes conquistas que permitiram elevar Portugal no panorama internacional. Um Serviço cuja qualidade e excelência é, indubitavelmente, reconhecido pelos números alcançados em indicadores e coberturas de saúde que revolucionaram a realidade deste país. No entanto este é, igualmente, um serviço com as suas inerentes deficiências e lacunas acentuadas pelos imperativos económicos que assolam o país há alguns anos.

A análise dos principais problemas do SNS, no que concerne à sua sustentabilidade não pode ser alheia à evolução demográfica e alteração do paradigma social e económico registado nos últimos anos. Paralelamente ao envelhecimento da população e aumento da prevalência da patologia crónica específica desta faixa etária, tem-se registado que uma acentuada queda dos índices de natalidade face à deterioração das condições socioeconómicas das famílias portuguesas, à ausência de uma verdadeira política de apoio à natalidade, ao aumento do desemprego, bem como, a uma marcada emigração

da população jovem ativa. Por outro lado, não podemos ficar indiferentes ao incremento registado do absentismo de consultas e taxas de não adesão terapêutica por motivos de escassez de recursos económicos dos doentes para pagamento de medicamentos, taxas moderadoras ou transportes. De uma forma inevitável, isto repercute-se na deterioração dos indicadores de saúde nomeadamente diagnósticos tardios, agudização de patologias crónicas e sub-tratamento. Os recursos em saúde são também escassos para dar resposta ao cada vez maior número de casos sociais e de abandono que diariamente povoam as suas instituições.

Na Saúde as exigências são maiores, as falhas são indesculpáveis, as críticas soberanas e os serviços são um bem adquirido sobretudo para aqueles que nunca conheceram outro *modus operandi* do sistema de saúde. O percurso iniciado por Portugal há mais de 30 anos eleva as responsabilidades de todos nós nomeadamente dos mais jovens: a responsabilidade de vencer a inércia da crítica sem consequências, da elevação do país através de novas ideias e projetos e da construção de uma sociedade futura mais justa e equilibrada. Os períodos de crise podem e devem servir como momentos de reconstrução e renovação. Assim, também o momento atual pode servir para a reedificação e reafirmação futura do nosso país. A nossa cidadania, enquanto pleno exercício dos nossos direitos e deveres num estado democrático, assim nos exige. A promoção do direito e acesso universais à Saúde, consagrado como um direito constitucional, deve ser uma bandeira inabalável de qualquer governação política.

A Saúde é um dos pilares sociais de qualquer estado de direito. Como tal, representa um importante fator de coesão social. Os profissionais de saúde e os seus utentes devem em cooperação trabalhar para permitir colmatar as deficiências e lacunas vigentes, bem como, reivindicar o seu direito constitucional da preservação deste legado democrático. Os jovens portugueses poderão ter um papel determinante neste processo. Mas, para que tal seja possível, é necessário que o seu país lhes proporcione as condições e as oportunidades para que possam dar o seu contributo.

O SNS é uma herança constitucional de todos os cidadãos e, como tal, todos devem ser ativamente envolvidos na defesa do seu futuro. Através de políticas de promoção e proteção da Saúde, estaremos não só a defender a nossa constituição, bem como, estaremos a contribuir para uma melhor economia através da redução de custos em saúde e do aumento de uma população ativa saudável. A integração, responsabilização e sensibilização dos cidadãos para a importância do seu papel ativo no exercício da sua cidadania é um componente indissociável da sociedade do futuro, nomeadamente no âmbito do Estado Social de que são exemplo a Saúde e Escola Pública. Como Portugueses e como cidadãos europeus é fundamental refletirmos nesta realidade e participarmos em todas as ações que possam contribuir para a defesa dos direitos dos doentes enquanto cidadãos e do dever constitucional de zelarmos pela qualidade e universalidade da Saúde em Portugal.

Dalila Veiga é médica e investigadora clínica na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. Pertence ao Conselho Regional do Norte da Ordem dos Médicos.



Gosto



Partilhar

Uma pessoa gosta disto. Sé o primeiro entre os teus amigos.